

Existe um processo de esvaziamento populacional nas regiões rurais brasileiras?

Elizário Toledo¹
Fabiano Toni²

Resumo

Este artigo discute o tema do esvaziamento demográfico das regiões rurais brasileiras e a crescente escassez de trabalho nas atividades agropecuárias, em virtude da pretensa generalização da abundante, ou até mesmo ilimitada disponibilidade de mão de obra no passado, segundo as premissas do modelo clássico de Arthur Lewis (1954). Conforme este modelo, o segmento rural e de outros espaços sociais fragilizados, vivendo em regime de subsistência, poderiam suprir as necessidades de mão de obra do setor industrial. A seguir, são discutidas algumas conclusões da literatura especializada, a fim de demonstrar a sua pertinência, de um lado, mas, de outro, a igualmente insuficiência do modelo de Lewis quando aplicado à realidade brasileira das últimas décadas.

Palavras-chave: Esvaziamento populacional. Escassez de trabalho. Agropecuária brasileira.

Abstract

This article discusses the issue of demographic emptying of Brazilian rural areas and the increasing scarcity of labor in agricultural activities empirically disproving the alleged widespread abundant, or even unlimited availability of past labor, according to the assumptions of the classical model Arthur Lewis (1954), in the rural sector and other vulnerable social spaces, living on subsistence regime, could meet the manpower needs of the industrial sector. the following are discussed some conclusions from the literature in order to demonstrate the relevance of one hand, but also the failure of the Lewis model when applied to the Brazilian reality of the last decades.

Keywords: Depopulation. Scarcity of labor. Brazilian agriculture.

¹ Sociólogo (UFRGS, 2005); mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS, 2009); doutorando no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. enbtoledo@gmail.com

² Engenheiro agrônomo pela Universidade de São Paulo (1989), mestre em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (1994) e doutor em Ciência Política - University of Flórida (1999). Atualmente é professor associado da Universidade de Brasília, coordenador Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável (CDS-UnB). fabtoni@gmail.com

1 Introdução

Este artigo discute o esvaziamento populacional que estaria em curso no campo brasileiro, decorrente, em grande parte, das transformações da agropecuária brasileira nas décadas recentes, potencializadas a partir do processo de expansão produtiva, desencadeado na década de 70. Apesar de já existir bibliografia sobre o tema, ainda é cercado de ceticismo, seja por setores acadêmicos, ou por aqueles ligados às organizações sociais, sobre a extensão dos possíveis impactos socioeconômicos, notadamente para a expressiva parcela de agricultores relacionados com “a pequena produção rural”, no que tange à disponibilidade de mão de obra.

Apesar de não ser um fenômeno novo, esses agricultores estão sendo paulatinamente encurralados e excluídos do processo produtivo, devido às suas fragilidades de geração de renda, diante do conjunto articulado e estruturado de transformações da agropecuária. A exacerbação do caráter bifronte e desigual do modelo de produção agropecuária se expressa pela diferenciação social entre os agricultores e sugere a emergência de um padrão distinto, demarcando um novo período dos desenvolvimentos agrário e agrícola, descritos por Buainain *et al.*, (2013). Isso amplia a desigualdade produtiva e econômica nas regiões rurais, e a diferenciação produtiva acentua, de um lado, a expansão da produção, enquanto, de outro lado, promove o processo de seleção social entre os agricultores.

A modernização da agricultura alterou os sistemas produtivos agrícolas na medida em que os agricultores foram sendo pressionados a se integrar aos mercados e às cadeias produtivas. Isto produziu distintas formas de produção e enfatizou a heterogeneidade e a diversidade das regiões rurais. Modificaram-se, dessa forma, os diferentes territórios e as inúmeras formas de aproveitamento produtivo dos recursos oferecidos pelas vantagens competitivas e comparativas das explorações agropecuárias. As dimensões econômicas quase sempre são predominantes para conformar os distintos territórios, na medida em que,

A modernidade capitalista nos fez aprender, por exemplo, que a presença de um território se mede pela sua riqueza ('a riqueza das nações') e pela capacidade e velocidade de produção dessa riqueza. A riqueza serve, assim, como meio para a classificação dos territórios e para ressaltar ou negar a sua existência (FÁVERO, 2009, p. 16).

A modernização da agricultura, levada a efeito especialmente nos últimos 40 anos, combinada com a ampliação do processo de urbanização e industrialização do país, foi fundada na oferta abundante de mão de obra em um país que era predominantemente rural. Entretanto, esse é atualmente um dos fatos que não encontra mais respaldo na realidade. Esse processo é destacado pela expressiva redução da oferta de trabalhadores na agricultura, reflexo da “des-agrarianização” da sociedade brasileira (NAVARRO, 2016). Esse fenômeno foi ampliado pela transformação e decomposição demográfica das populações rurais, por meio do contínuo processo de envelhecimento, masculinização e redução das taxas de natalidade, enfatizada por Maia e Sakamoto (2014), cujos preceitos serão apresentados mais adiante. Há elementos consistentes, que auxiliam a desconstruir a

noção da oferta ilimitada do trabalho agrícola, como apregoava, havia sessenta anos, o “modelo de Lewis” a respeito do fornecimento de mão de obra abundante para o setor industrial.

O esforço deste artigo objetiva refletir sobre a redução da oferta de mão de obra nas regiões rurais, causada pelo êxodo seletivo de trabalhadores rurais e pela decomposição demográfica da população rural, o que indica a consolidação da tendência ao esvaziamento do campo brasileiro. Esse fenômeno pode ser entendido como uma das expressões do quadro de transformações socioeconômicas e técnicas da agropecuária, ampliadas, especialmente, a partir da década de 90. São tendências que representam um cenário sombrio para expressiva parcela de agricultores dedicada à “pequena produção rural”, devido a suas fragilidades estruturais e produtivas. E, de fato, ao ser pressionada pela demanda contínua por excedentes produtivos e econômicos, em contextos de crescente tensionamento concorrencial. Nesse cenário, os riscos inerentes às atividades agropecuárias podem ser suportados apenas por uma reduzida e seleta fatia de agricultores. Os mais fragilizados estão buscando, na migração forçada para os centros urbanos, melhores oportunidades de ascensão social.

O texto está organizado em quatro seções, além desta Introdução. A primeira seção está destinada à abordagem das expressões da oferta de mão de obra do campo brasileiro e a relação com o “terceiro estágio”, proposto pelo “modelo de Lewis” (1954), da oferta ilimitada, oriunda dos setores da subsistência. Procura, dessa forma, refletir se as interpretações acerca das transformações da realidade das regiões rurais permitem inferir se o modelo definido por Lewis ainda é adequado para compreender as evidências da realidade rural brasileira. A segunda seção pretende sintetizar alguns aspectos da literatura pertinente, relacionando-os às evidências encontradas, que refletem e apoiam a tese do esvaziamento sistemático do campo brasileiro, em que a escassez de mão de obra para o trabalho na agricultura se apresenta como uma das consequências deletérias para os agricultores de menor porte econômico. Na terceira seção, são abordadas as possíveis consequências que apontam dificuldades para a viabilização socioeconômica, especialmente da “pequena produção rural”, e, por último, alguns apontamentos à guisa de conclusões.

2 O campo brasileiro e o “terceiro estágio” do modelo de Lewis

As contribuições do economista britânico Arthur Lewis (1954), estudadas, entre outras, por Todaro e Smith (2012), constituem um modelo teórico-analítico de crescimento econômico bissetorial, cujas transformações estruturais na economia se deslocam e transitam da agricultura para a indústria. O recorte estrutural de Lewis foi expresso no clássico artigo *“Economic development with unlimited supplies labour”*, em adição ao restante de sua obra, que lhe valeu o Prêmio Nobel de Economia em 1979. O texto realçava o fenômeno da oferta elástica de trabalho para o desenvolvimento da indústria, e, assim, contrariava o enunciado dos economistas clássicos, que asseguravam ser aquele um parâmetro fixo e constante. A oferta de trabalho, na visão de Lewis, era oriunda, especialmente, da disponibilidade de trabalhadores rurais e de segmentos subalternos fragilizados pela economia “de

subsistência” não capitalista.

A mão de obra excedente, precária ou desempregada, seria atraída pela oferta de trabalho com renda mais elevada do que a renda rural. Apesar de manter-se ainda restrita, cobria o mínimo da subsistência e da reprodução social. Para ilustrar o processo, Lewis fez uso de instrumentos e ferramentas oriundas das teorias econômicas clássicas e neoclássicas, especialmente daquelas destinadas à formação dos preços e da alocação de recursos. O cenário proposto por Lewis parte do pressuposto de que determinados países são densamente povoados, especialmente na Ásia e África. Nesses continentes, há abundância de mão de obra ocupada em atividades de reduzida produtividade e com baixa remuneração. O diferencial de produtividade e do salário urbano-rural determinaria a transferência de mão de obra do campo para os centros urbanos, assim motivando o crescimento geral da indústria e da economia. Ao mesmo tempo, há uma pequena parcela de empreendedores dedicados às atividades com padrões elevados de produtividade e uso de tecnologia, representados pela agricultura empresarial e pelo setor industrial capitalista modernizado, capaz de absorver a mão de obra excedente e acumular os excedentes.

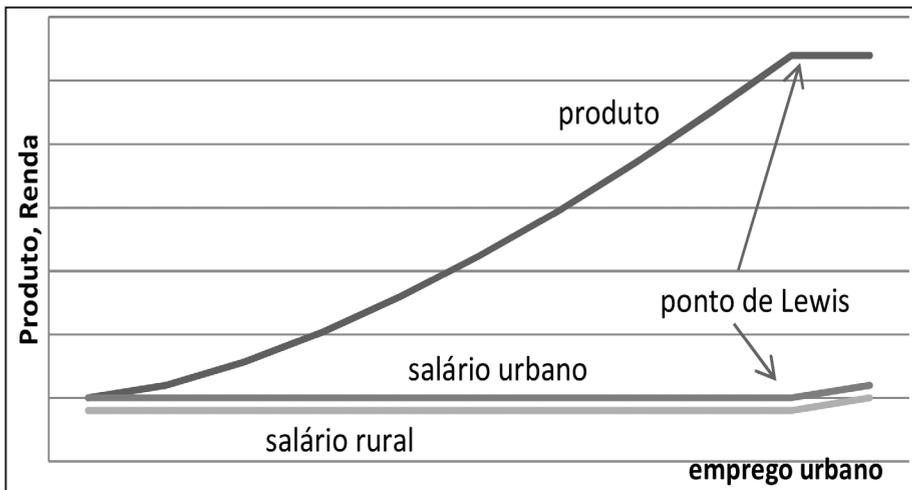
Lewis enfatiza que o movimento de crescimento econômico virtuoso e autossustentado ocorre na medida em que o excedente da mão de obra rural (e de outros segmentos vivendo sob o regime de subsistência) é absorvido pelo desenvolvimento expansionista da indústria e de parte mais produtiva da economia. No fim do processo, as rendas rurais se elevam, ao ponto de haver uma relativa convergência com os salários pagos aos trabalhadores urbanos. Contudo, a renda é mantida em níveis mínimos de sobrevivência. A partir desse ponto, a transformação estrutural bissetorial da economia se completa, mantendo estável o regime de acumulação aos detentores de capital. O processo econômico como um todo, dessa forma, ultrapassa o “ponto de Lewis” (Figura 1, inserida na próxima página).

Essa perspectiva analítica foi instrumentalizada por Todaro e Smith (2012), para esclarecer e explicar o comportamento do padrão de desenvolvimento industrial da China, onde havia grande oferta de mão de obra oriunda das áreas rurais, e se manifestou fortemente a partir do ano 2000. Lá, o “ponto de Lewis” poderia ser ultrapassado por volta do ano de 2010.

Os argumentos de Lewis se aproximam da concepção etapista defendida por Rostow (1978), ao enfatizar o conjunto das cinco etapas do desenvolvimento: a sociedade tradicional, as pré-condições para o crescimento, o crescimento, a marcha para a maturidade e, por fim, a era da maturidade da sociedade por meio do consumo em massa.

Bacha (1979), a respeito do modelo de Lewis, enfatiza que “[...] durante o estágio de excesso de mão de obra, a industrialização prosseguirá com o salário da mão de obra urbana não qualificada mantendo-se constante em termos do produto agrícola” (BACHA, 1979, p. 585). Significa dizer que o salário rural é fixado em um nível de subsistência social comprimida, motivando igualmente a manutenção de baixos salários urbanos, como estratégia de manter os padrões de acumulação.

Figura 1 - Regime de crescimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra até o “Ponto de Lewis”



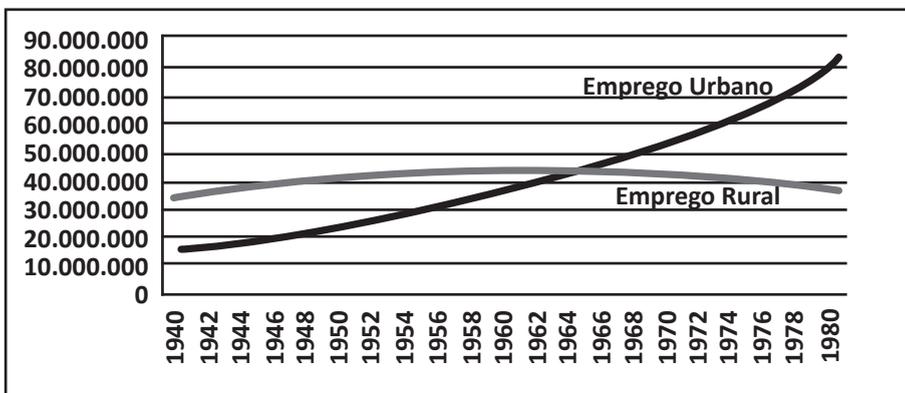
Fonte: Caminha (2014).

A consequência estrutural imediata seria, portanto, manter os níveis de pobreza rural significativamente elevados. Tendo como referência o “ponto de Lewis”, Edmar Bacha (1979) e Carlos Bacha *et al.*, (2002) foram os pioneiros no debate empírico sobre a relação entre o salário rural e o urbano na história econômica do Brasil. Desenvolveram inúmeras pesquisas, ampliando os conhecimentos sobre as correlações existentes desde a década de 40.

Esta preocupação se justificou, pois, já na década de 60, o emprego rural passou a ser minoritário no conjunto dos empregos gerados pela economia brasileira. A oferta de empregos no campo deixou de crescer em termos absolutos, reduzindo a oferta ao longo dos anos seguintes. Imaginava-se que a economia, ao atravessar o “ponto de Lewis”, com a elevação do “nível de subsistência social” expressa pelo salário rural, poderia, por exemplo, ser auxiliada por meio de políticas estruturantes, como a reforma agrária, a fim de contribuir para a elevação do salário urbano igualmente comprimido (CAMINHA, 2014).

A década de 60 consolidou, no entanto, o declínio da abundância da oferta de mão de obra nas regiões rurais brasileiras, conforme demonstrado na Figura 2 (próxima página).

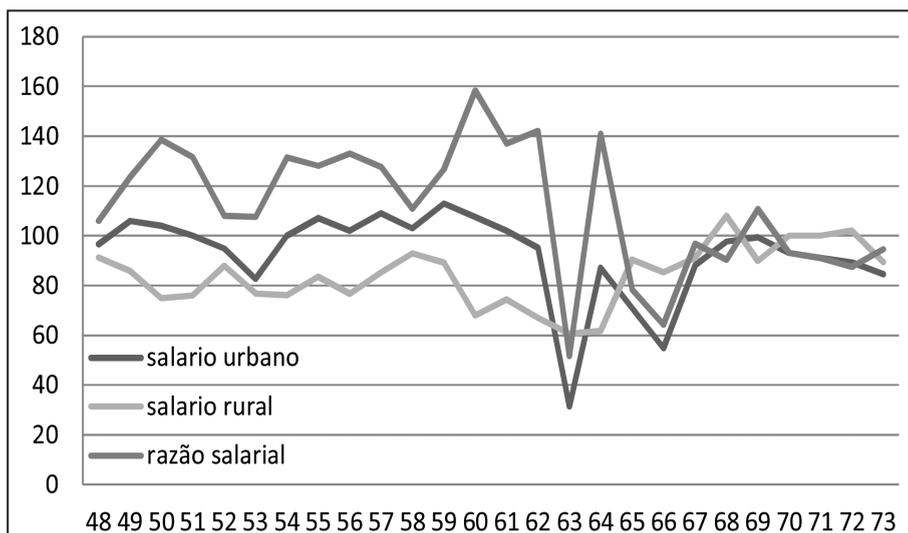
Figura 2 - Emprego urbano e rural (Brasil - 1940-1980)



Fonte: IBGE (1996).

Retomando as contribuições empíricas e analíticas de Bacha (1979), elas buscavam verificar se o Brasil havia ultrapassado o “ponto de Lewis”, especialmente a relativa convergência entre os salários urbanos e rurais, cujos sinais começaram a emergir a partir da década de 60 (Figura 3). Porém, este fator não representou uma possível expansão de ganhos extraordinários para a melhoria das condições gerais de vida dos trabalhadores rurais, pois apenas repunha níveis institucionais mínimos de sobrevivência, da manutenção familiar e da força de trabalho. A estratégia central do modelo e o objetivo primeiro eram garantir níveis adequados de retorno econômico aos detentores de capital, destinando pequena contribuição para o aumento dos salários.

Figura 3 - Salário urbano, rural e razão salarial - Brasil (1948-1973)



Fonte: Bacha (1979).

Maia e Sakamoto (2014), ao estudar o mercado do assalariamento rural brasileiro, utilizando como base os dados fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), desde o ano 2000, depararam com expressiva elevação dos rendimentos dos trabalhadores rurais, mesmo reconhecendo que ainda eram baixos. Os autores, mesmo com essas ressalvas, enfatizam o incremento nos rendimentos dos trabalhadores assalariados rurais em todas as regiões brasileiras, devido às recentes políticas públicas de promoção e valorização do salário mínimo, formalização trabalhista, pela ampliação dos ganhos de produtividade, por meio das estratégias de especialização e profissionalização da produção agrícola e pela escassez de oferta. Tais fatores, combinados, podem ter sido forçados e potencializados pela redução do excedente de mão de obra nas regiões rurais.

Portanto, o modelo de Lewis (1954) tem sido uma alternativa analítica pertinente e pode explicar, com razoabilidade, por um determinado período, a pertinência do fenômeno da expansão da industrialização em países com majoritária população rural, como o caso do Brasil, mas essa é uma realidade que vem se dissipando nos períodos recentes. O modelo de Lewis foi factível enquanto os países podiam contar com a oferta abundante de trabalhadores de baixa produtividade, oriundos do setor rural e de outros segmentos de subsistência. Entretanto, o aumento da urbanização e a decomposição demográfica da população rural refletiram na oferta e demanda de braços para o emprego nas indústrias, e, por extensão, no demandante setor agropecuário. Ao mesmo tempo, a modernização transformou o perfil e a necessidade da mão de obra nas regiões rurais, tendência que auxiliou a esgotar o “ilimitado exército de reserva” de trabalhadores dos tempos passados, pela baixa escolaridade e pouca qualificação profissional.

Navarro (2016) destaca dois aspectos que ajudam a interpretar a realidade brasileira a partir do modelo de Lewis.

Primeiro, argumenta que a tese da oferta ilimitada de trabalho disponível, para viabilizar o trabalho agropecuário, saiu de cena, pois não encontraria mais respaldo na realidade. Ela foi factível para ilustrar a atração do trabalho barato dos setores de subsistência, internalizando as possibilidades de acumulação ao setor capitalista, por meio da compressão dos salários dos trabalhadores rurais, da concentração da terra e da renda procedente da economia cafeeira, especialmente durante a primeira metade do século XX. Esta estratégia sedimentou a constituição e a emergência de outros segmentos capitalistas da agropecuária, potencializados pelas políticas governamentais da modernização da agricultura.

O segundo aspecto enfatizado pelo autor foi a incapacidade da sociedade brasileira em oferecer uma reação política consistente ao processo de transformações econômicas em curso. Essas reações poderiam ter sido canalizadas por meio da ação articulada dos sindicatos de trabalhadores rurais e de outras organizações de luta e contestação sociais, bloqueadas pelo autoritarismo político-estatal até pelo menos a década de 80.

As mudanças socioeconômicas das regiões rurais brasileiras, em anos recentes, induzem a refletir sobre a emergência de um novo padrão de desenvolvimentos agrícola e agrário, sugestão interpretativa que talvez esteja escapando das lentes

de análise dos estudos rurais. Essa nova fase tem se expressado pela ampliação da produtividade do trabalho e da terra, o uso intensivo de tecnologias e a pressão gerencial e concorrencial crescente, combinados com a escassez na oferta de trabalho e o esvaziamento demográfico das regiões rurais. Emergem, dessa forma, os conflitos entre o tradicional e o moderno. Martins (2008) esclarece que, desse modo, a modernidade emerge e

[...] se instaura quando o conflito se torna cotidiano e se dissemina, sobretudo sob a forma de conflito cultural, de disputa entre valores sociais, de permanente proposição de necessidade de optar entre isto e aquilo, entre o novo e o fugaz, de um lado, e o costumeiro e tradicional, de outro (MARTINS, 2008, p. 20).

Dessa forma, o choque entre o velho e o novo está se projetando sobre os mecanismos de produção e acumulação da agropecuária brasileira e se amplia a partir da década de 90, expresso sob a nova fase do desenvolvimento agrário e agrícola.

Essas transformações foram exaustivamente destacadas por Buainain *et al.* (2013, 2014), dando ênfase à extensão das mudanças nas regiões rurais das últimas quatro décadas. Esses autores inauguraram uma nova abordagem analítica dos estudos rurais para além de particularismos setoriais ou regionais, visando iluminar com profundidade os reflexos do conjunto das transformações, ao refletirem sobre o adensamento das variações e as relações socioeconômicas que estão ocorrendo. O modelo de Lewis acerca da oferta abundante e ilimitada da mão de obra nas regiões rurais ainda se mostra válido para compreender a realidade brasileira? Tendo em perspectiva essa inquietação, com base na literatura, envidaremos esforços para comprovar, ou refutar o modelo proposto por Lewis, tema a ser ampliado na seção seguinte.

3 A tese e suas evidências

A realidade rural brasileira contesta o modelo de Lewis, pois reprova o pressuposto histórico da oferta ilimitada de mão de obra (BUAINAIN, 2014; NAVARRO; CAMPOS, 2013). Ao analisar os dados referentes à disponibilidade de trabalho agrícola, Buainain e Dedecca (2008, p. 22) afirmam que “[...] no espaço de 60 anos a ocupação agrícola refluíu de 70% para 15%”. Essa descoberta é sintomática e reveladora das mutações profundas nas formas e nas estratégias de desenvolvimento das atividades agropecuárias nas décadas recentes, em que pese a progressiva diminuição na disponibilidade da mão de obra.

A oferta de trabalhadores na agropecuária está diretamente relacionada à expressiva decomposição das famílias rurais, causada pela redução do número de filhos. Esse processo é ampliado pelo êxodo seletivo da mão de obra e redundando em diminuição de trabalhadores para as ocupações na agropecuária e para a economia em geral.

Maia e Sakamoto (2014) trazem amplas evidências do comportamento

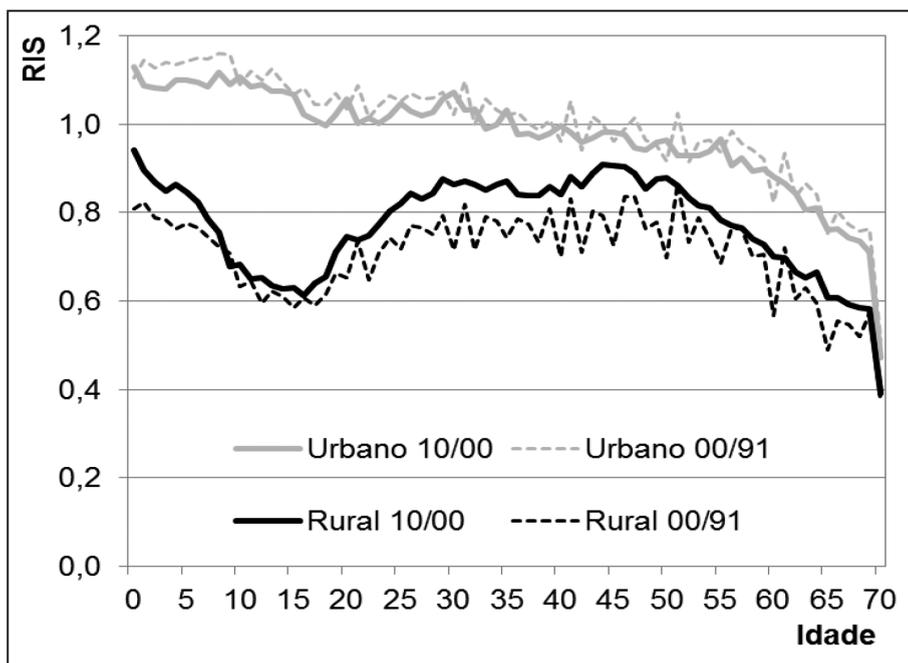
reprodutivo da população, com base nos dados do IBGE, ao identificar quedas na taxa de fecundidade total das mulheres. Este índice passou de 4,0 filhos por mulher, em 1981, para 1,71, em 2011, sendo que o mínimo necessário para manter a estabilidade populacional é de 2,2 filhos. Entre os anos de 1991 e 2010, a proporção de famílias nucleares se reduziu em 16 pontos (de 74% para 58%). Ao mesmo tempo, é emblemático o aumento de casais sem filhos, que se ampliou em oito pontos percentuais (de 4% para 12%). Outro aspecto levantado pelos autores é a expressão do êxodo seletivo de membros da família, especialmente dos homens em idade apta para o trabalho agropecuário. Os jovens à procura do primeiro emprego são os mais predispostos a migrar para os centros urbanos, visando viabilizar melhores condições de emprego e obtenção de renda que acenem com oportunidades de ascensão social.

Camarano e Abramovay (1999) haviam destacado precocemente a evasão das mulheres, outro exemplo da migração seletiva, devido à alocação, especialmente das mulheres jovens, no segmento de serviços de setores urbanos. Mulheres jovens possuem escolarização mais elevada do que os homens jovens, mas são preteridas na condução da propriedade familiar, optam pelo abandono da casa paterna em busca de outras ocupações.

Outros estudos sobre o tema parecem concordar que há um sintomático despreparo e uma despreocupação quanto à sucessão no comando das propriedades familiares. Há um contingente significativo de propriedades que não tem nenhum sucessor, fato evidenciado pelo trabalho realizado no Vale do Taquari (RS) pela Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (UNIVATES, 2005), segundo o qual, o percentual encontrado entre os agricultores foi de 32,5%, para as 32.000 propriedades familiares da região.

A questão da transferência hereditária da terra é uma condicionante importante na opção em permanecer, ou deixar as ocupações agropecuárias. Até o final da década de 1960, a sobrevivência dos agricultores foi garantida por meio da expansão da fronteira agrícola (“colocar os filhos”) para outras regiões do país. Havia a pressão moral pela continuidade da profissão de agricultor, sob o manto da “ética da continuidade” (MUNTON; MARSDEN; WARD, 1992). Entretanto, essa abordagem dá claros indícios de esgotamento, em face da realidade de esvaziamento das regiões rurais. Outro aspecto levantado por Maia e Buainain (2015) é a Razão Intercensitária de Sobrevivência (RIS), que indica forte declínio para a população jovem das áreas (Figura 4, na próxima página).

Figura 4 - Razão Intercensitária (RIS), segundo idade e situação do domicílio - Brasil 1991, 2000 e 2010



Fonte: Maia e Buainain (2015).

As informações da Figura 4 foram tabuladas e analisadas pelos autores, que concluem que, entre os anos de 2000 e 2010, a expressão de valor menor é observada na faixa etária de 16 anos de idade: a razão entre a população rural de 16 anos de idade, em 2000, e seu grupo equivalente, em 2010 (com 26 anos de idade), era de 0,61. Dizendo de outro modo, a população desse grupo etário, em 2010, equivalia a apenas 61% daquela observada em 2000. Essa realidade transformada permite supor que é correta a afirmação de Martins que "[...] O Brasil que desconhecemos tornou-se maior do que o Brasil que conhecemos" (MARTINS, 2014, p. 180). As regiões rurais, nessa perspectiva, estão sendo analisadas pelos reflexos no espelho retrovisor, com pouca ou nenhuma estratégia de se antecipar aos acontecimentos.

Desse modo, tal cenário induz a concluir que a contribuição da população rural para o aumento global da população brasileira terá importância crescentemente reduzida. Ao mesmo tempo, há uma diminuição da população rural e uma conseqüente dificuldade de reposição da força de trabalho. Dessa forma, a agropecuária está intensificando a busca de alternativas para suprir parte da oferta de trabalho, adotando tecnologias que sustentem e aumentem a produtividade do trabalho e da terra. Os dados encontrados por Souza *et al.* (2012) são sintomáticos dessa realidade.

Ao considerar as informações demonstradas no Quadro 1, observamos que, entre os censos de 1995/96 e o de 2006, as variáveis terra e trabalho, utilizadas para explicar a produção total dos fatores (PTF), perderam expressão, passando de 18,1% para apenas 9,6%, e de 31,3% para 22,3%, respectivamente. Entretanto, o fator “tecnologia” ampliou de 50,6% da produção, em 1996, para em 68,1% em 2006.

Quadro 1 - Produtividade Total dos Fatores na Agricultura - Censos Agropecuários (1996-2006) - Brasil

Variáveis	Censo 1996	Censo 2006
Trabalho	31,3	22,3
Terra	18,1	9,6
Tecnologia	50,6	68,1

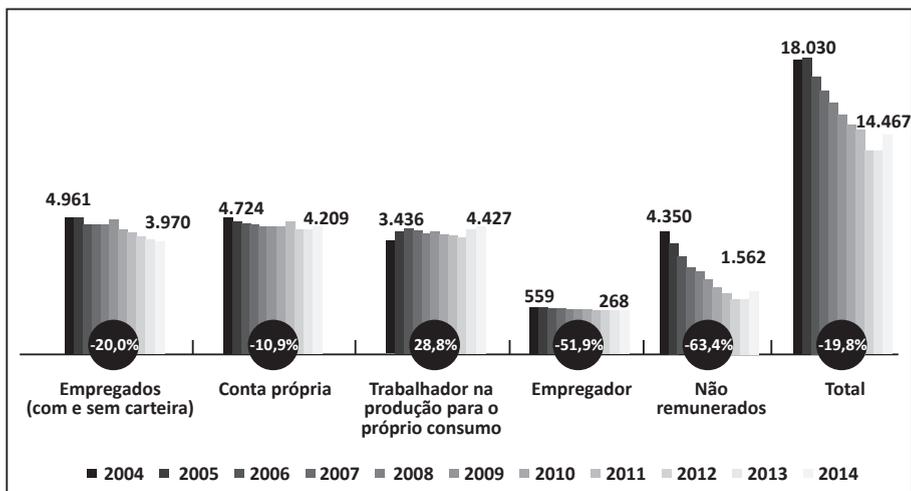
Fonte: Souza *et al.* (2012).

Em outro estudo sobre o tema, o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com base nos dados das PNADs, entre 2004 e 2014³, ao analisar a situação do trabalho assalariado no setor agropecuário (Figura 5, inserida na próxima página), constatou a redução de aproximadamente quatro milhões de postos de trabalho (menos 19,8%) nas regiões rurais brasileiras (DIEESE, 2014).

Esse fator reforça a necessidade do uso de mecanização e de outras tecnologias produtivas e gerenciais utilizadas nas atividades agropecuárias para atender à escassez de mão de obra e ampliar a produtividade do trabalho e da terra. A demanda está consolidando a exigência de um novo perfil para a mão de obra, que igualmente se revela seletivo e excludente, pois somente os trabalhadores que possuem qualificação adequada à nova realidade são aproveitados pelo modelo produtivo.

³ A PNAD de 2014 acrescentou mais 542.364 pessoas ocupadas. Diante do quadro recessivo da economia brasileira, o setor agropecuário, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), registrou a criação de 8.470 novas vagas no mês de abril de 2016, 0,55% a mais do que no mesmo período do ano anterior. Esta referência pode indicar a vitalidade restrita a algumas regiões de produção agrícola do país. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/06/agropecuaria-gera-8-470-novos-postos-de-trabalho-em-abril>. Acesso em 5 mar 2016.

Figura 5 - Evolução do trabalho agrícola segundo a posição na ocupação (mil pessoas). Brasil - 2004-2014



Fonte: PNAD, IBGE, elaboração DIEESE/Contag (2014).

Outros aspectos que merecem destaque na figura 5 são a redução do número de empregadores rurais (menos 51,9%) e o ponto que trata das ocupações voltadas para atender à produção para o autoconsumo das famílias, que aumentou 28,8% no período estudado. Entretanto, este fator deve ser visto com ressalvas quando em circunstâncias em que há um aumento do contingente de agricultores ocupados e dedicados à produção para consumo, pois,

[...] O aumento do contingente de agricultores familiares em ocupações para o próprio consumo, em detrimento dos ocupados como “conta própria”, [...] pode estar havendo migração dos pequenos produtores com baixas condições econômicas para uma situação de subsistência, ao mesmo tempo em que as grandes propriedades avançam sobre as pequenas, reduzindo a ocupação de “conta própria”. A questão social, nesse aspecto, pode ficar comprometida, com a piora nos índices de concentração de riqueza e renda e o conseqüente crescimento da pobreza rural [...] (DIEESE, 2014, p. 9).

Dessa forma, o cenário posto é o da materialização de uma agropecuária sem pessoas, que emprega e ocupa cada vez menos trabalhadores. Esse fenômeno se encaixa na concepção de “rupturas” da agricultura descritas por Hervieu (1996), especialmente aquela que descreve a ruptura demográfica, característica presente que emerge a partir da metade do século XX, início da rápida redução da população ocupada nas atividades agrícolas. Por outro lado, os excedentes de trabalhadores, quando possível, podem ou não ser absorvidos pelos ofícios de baixa qualidade oferecidos pelo emprego urbano. Aos trabalhadores rurais restantes, se exigem novas qualidades e habilidades técnicas e laborais. Essas exigências são resultantes da concentração, especialização e aprofundamento de uma lógica essencialmente

capitalista que vem caracterizando a agropecuária brasileira em períodos mais recentes.

Esta realidade confirma o questionamento destacado por Garcia (2014) a respeito da percepção, atualmente equivocada, da existência de mão de obra abundante, tanto para a produção agrícola como para as atividades urbano-industriais, como havia sido no passado, e proposto no “modelo de Lewis”. Além disso, os postos de trabalho agrícola, na visão do autor, exigem qualificação profissional para muito além dos cursos de treinamentos pontuais ultimamente disponíveis. As atividades agrícolas estão demandando outras competências dos trabalhadores, devido à sofisticação dos processos produtivos e da mecanização avançada. Adicionalmente, as condições específicas de manejo e gestão das propriedades rurais alcançam todos os agricultores, e não são restritas à agricultura comercial de larga escala. Entretanto, a modernização da agricultura, ao incorporar tecnologias poupadoras de mão de obra nas regiões rurais, buscou se adaptar à escassez, especialmente nas lavouras de café e na produção de frutas, e induziu a profissionalização do segmento como um todo. Outro aspecto a considerar é que o processo de especialização e concentração da produção em regiões mais dinâmicas produz um paradoxo e absorve cada vez menos mão de obra, mas, por outro lado, gera a polarização social no meio rural, *vis à vis* setores dinâmicos e tradicionais (NEDER, 2014). Essa polarização está produzindo, em escala crescente, diferenciação social entre os agricultores como uma das expressões do caráter bifronte do emergente desenvolvimento agrário e agrícola destacado por Buainain *et al.* (2013, 2014).

Parece ser verdadeiro o fato de que os impactos da “desruralização” enfatizada por Davis (2006) acentuam a fragilização das redes locais de segurança das populações rurais, na medida em que fragilizam o tecido social das comunidades devido ao esvaziamento demográfico. Esse fator deixa os agricultores ainda mais vulneráveis à maioria dos recorrentes choques exógenos, tais como problemas climáticos, inflação, taxas de juros, preços agrícolas ou redução da oferta de trabalho. Além disso, cria dificuldades para garantir-lhes a sobrevivência imediata e a manutenção de seus modos de vida, ao serem exacerbados pela fragilidade, tensionamento e fragmentação social, igualmente erodindo os modos tradicionais de vida e de trabalho na agricultura. Essas estratégias encontram dificuldades em produzir excedentes econômicos, acarretando a busca na migração forçada, pelo desejo de encontrar melhores oportunidades de trabalho e provimento de renda.

Diante do conjunto de argumentos sobre as transformações socioeconômicas (modernização, escassez de mão de obra, desruralização e decomposição demográfica), buscaremos intuir algumas das consequências para as regiões rurais brasileiras, brevemente comentadas na seção a seguir.

4 As possíveis consequências do esvaziamento demográfico

A atual lógica econômica e financeira das atividades agropecuárias vem ampliando sua esfera de influência, induzindo novos formatos tecnológicos e produtivos, na medida em que os agricultores vão sendo integrados aos múltiplos e distintos mercados. Paulatinamente, cada vez mais as famílias rurais se afastam da ideia

de um modo de vida e consolidam a agricultura como atividade majoritariamente econômica, embora não se descartem outras modalidades de produção agropecuária, que são importantes, mas residuais. Navarro (2016) destaca que a influência na busca de lucros financeiros:

[...] trouxe os imperativos econômicos para a dianteira, subordinando os agrônômicos, o que teria ocorrido, na maioria dos ramos produtivos, em meados da década de 90. E foi virada que se tornou definitiva nos anos do novo século, quando o novo padrão agrário e agrícola se impôs de forma categórica na organização produtiva da agricultura brasileira (NAVARRO, 2016).

A determinação das influências econômicas e financeiras e dos aspectos evidenciados na seção anterior apontam tendências para a ampliação da escassez da oferta de mão de obra em todos os ramos das atividades agropecuárias. Navarro (2016) é enfático ao sublinhar que “O esvaziamento populacional e até mesmo o estabelecimento de um deserto demográfico, em parte do Brasil rural, é uma primeira tendência a ser destacada” (*ibid*). Dessa forma, é razoável admitir que a dificuldade de contratar trabalho seja mais aguda para os agricultores que operam “a pequena produção rural”. Esses possuem uma reduzida margem de manobra para se adaptar à realidade. E, ao não contar mais com a mão de obra familiar, a contratação externa torna-se onerosa, diante da capacidade fragilizada da unidade familiar em produzir excedentes econômicos compatíveis e arcar com esses custos.

Guanzirolí *et al.* (2012), ao tabularem comparativamente os dados dos censos agropecuários de 1996 e 2006, encontraram 452.000 estabelecimentos com até quatro módulos fiscais (de 5 a 440 hectares), cujas rendas líquidas oriundas da agricultura são superiores a R\$ 50.000,00 por ano. Por extensão, são esses estabelecimentos que possuem as melhores condições de contratação de mão de obra externa. Por outro lado, existem 2,7 milhões de estabelecimentos em que a renda anual líquida é menor que R\$ 300,00. A renda total dos estabelecimentos, calculada pelos autores, leva em conta a produção para autoconsumo e aquela que é destinada ao mercado, assim como os demais produtos animais e vegetais produzidos, tendo por base as informações dos Censos Agropecuários. A Renda Total foi calculada como segue:

[...] 1. obteve-se o Valor Bruto - ajustado - da Produção (VBP) do estabelecimento, calculado pela soma de: a) valor da produção vendida de milho; b) valor da produção vendida dos principais produtos utilizados na indústria rural; c) valor da produção colhida/obtida dos demais produtos animais e vegetais; 2. calculou-se a *Receita Agropecuária Indireta*, composta pelas receitas provenientes de: venda de esterco; serviços prestados a terceiros; venda de máquinas, veículos e implementos; e outras receitas; 3. obteve-se o *Valor da Produção da Indústria Rural*, informada diretamente pelo censo; 4. da soma dos três itens acima foi subtraído o *Valor Total das Despesas*, com o que, finalmente, determinou-se a *Renda Total* do estabelecimento (GUANZIROLI *et al.*, 2012, p. 356, grifo dos autores).

Com base no estudo citado, isso significa dizer que a capacidade desses estabelecimentos em contrair despesas com a contratação de trabalho é praticamente nula, sendo seus proprietários fortes candidatos à exclusão do processo produtivo. É

a permanência daquilo que Kageyama e Rehder (1993) denominaram de “população sobrança”, a qual, apesar dos esforços, ainda se mantém fora do mercado de trabalho, vivendo em condições de vulnerabilidade social, cuja solução tem sido restrita à adoção de programas governamentais de caráter compensatório como única solução possível.

A necessidade de compensar a escassez de mão de obra exige mais investimentos em tecnologias poupadoras, pois elas atenuariam os impactos da redução dessa oferta, ao mesmo tempo em que elevariam os salários na agropecuária (MAIA; BUAINAIN, 2015). Essa opção, entretanto, é francamente desfavorável à ampla parcela de agricultores da “pequena produção rural”, que se encontra em situação de fragilidade estrutural. Como eles vivem em condições mínimas de sobrevivência, sua capacidade de retirar da terra os recursos financeiros para cobrir essa demanda é limitada. Para essas famílias, a migração forçada para os centros urbanos ainda se apresenta com uma das escassas alternativas de buscar melhores condições de vida. O problema da produção agropecuária, no tocante à oferta quantitativa de alimentos, está sendo equacionado. Contudo, ainda permanece aberto e em busca de solução o dilema da qualidade dos alimentos, da desigualdade e da exclusão social reinante. A economia de mercado determinada pela contínua competição descarta continuamente os mais fragilizados. A agropecuária, outrora uma expressiva fonte geradora de empregos e fornecedora abundante de trabalhadores, deixou de cumprir esse papel histórico.

Dessa forma, o que antes era interpretado como um modo de vida converteu-se em uma profissão, em uma forma de trabalho, e a busca de eficiência e remuneração econômica tornaram-se condições imperiosas de reprodução social e material. Essa opção exige a profissionalização dos agricultores, opção restrita a uma reduzida parcela deles, e se converte em mais um fator de abandono das regiões rurais. Outro aspecto é que a realidade das regiões rurais demonstra ser cada vez mais difícil delimitar claramente as fronteiras entre as cidades e as zonas rurais. Cada vez mais, o urbano oferece mais atração e sedução aos grupos sociais rurais. O sociólogo francês Henri Lefebvre admitia que “O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária” (LEFEBVRE, 1999, p. 17). A ocorrência do fenômeno do espraiamento vem acontecendo por meio da explosão dos centros urbanos e determinando o predomínio das manifestações das cidades sobre o rural. Dessa forma, a realidade sócio espacial torna-se cada vez mais complexa em graus e níveis diferenciados de integração, de proximidade ou de distanciamento, por vezes difíceis de ser captados.

Não há exagero em admitir que a agricultura esteja integrada à maioria dos setores da economia onde ocorre a ampliação das relações mercantis. É possível admitir a emergência de aspectos societários de uma sociabilidade nitidamente capitalista nas regiões rurais por conta disso. O processo é motivado pela busca contínua de dinheiro pelos agricultores, independente de qual seja o seu tamanho e condição. É um importante mobilizador de energia na procura de adaptação à realidade, elemento basilar para a sobrevivência e manutenção das famílias rurais. Nessas condições, o mercado se apresenta como esfera central e concretiza a

mercantilização da sobrevivência (BERNSTEIN, 2011), um processo severamente seletivo, que acolhe apenas uma pequena parcela das famílias rurais. É oportuna a lembrança de Navarro (2016) sobre a impossibilidade ou a insuficiência da ação articulada das organizações de luta e de contestações sociais em oferecer alternativas ao modelo imposto, que induziu fortemente o esvaziamento das regiões rurais. Por outro lado, o cenário atual é permeado pela democracia e oferece possibilidades de escolha e ação. Tal contexto poderia viabilizar a emergência de iniciativas mais promissoras por parte dessas organizações sindicais.

A utilização maciça de tecnologias poupadoras de trabalho, ao transformar a natureza e o uso da terra, está alterando sensivelmente o perfil e a demanda do trabalho na agropecuária, agravado, entre outros fatores, pelo êxodo seletivo da mão de obra. Este processo está sedimentando o esvaziamento e o deserto populacional demográfico por meio da “des-agrarianização” da sociedade brasileira, enfatizada por Navarro (2016). O modelo firma a convicção da emergência do padrão de desenvolvimento agrário e agrícola bifronte, e aprofunda a diferenciação social entre os agricultores, sob o qual os mais fragilizados estão sendo paulatinamente excluídos do processo produtivo.

5 Considerações finais

A crescente urbanização da sociedade brasileira rompeu, ainda na década de 60, a predominância do emprego rural, o qual passou a ser minoritário no conjunto dos empregos totais gerados pela economia brasileira. O modelo proposto por Arthur Lewis (1954) propunha que o excedente de mão de obra da agricultura e de outros setores vivendo em regime de subsistência supriria a necessidade crescente da indústria. Essa opção, contudo, não corresponde à realidade atual, em que a escassez de oferta tem sido um traço ascendente. O modelo de Lewis não encontra mais respaldo na realidade da agropecuária brasileira, à medida que um conjunto articulado de transformações socioeconômicas está induzindo ao esvaziamento e à decomposição demográfica das regiões rurais. A hipótese do esvaziamento das regiões rurais, apesar do reconhecimento da redução do seu ritmo, em décadas recentes, ainda continua sendo válida, na medida em que é cada vez mais comum a insuficiência de trabalhadores para as atividades agropecuárias em geral.

É cada vez mais comum a insuficiência de trabalhadores para as atividades agropecuárias. Este fenômeno é consolidado pelo êxodo seletivo, especialmente dos jovens em idade apta para o trabalho e em busca de melhores rendimentos em outras atividades. Outro aspecto apontado pela literatura para fomentar o esvaziamento do campo é o comportamento e a transformação do perfil da população rural brasileira, caracterizada pela redução do número de filhos das famílias. O conjunto de fatores apresentado pela literatura utilizada neste artigo pondera possibilidades consistentes de manutenção do esvaziamento demográfico, em que população rural encontra dificuldades de reposição da sua própria força de trabalho.

Os reflexos do esvaziamento e da “des-agrarianização” das regiões rurais

brasileiras se configuram na redução da oferta de mão de obra em mais de quatro milhões de postos de trabalho entre 2003 e 2014. Com essa redução, os reflexos tendem a ser mais contundentes e expressivos para os agricultores dedicados “à pequena produção rural”, que, no passado, podia contar com a mão de obra familiar nas propriedades. As fragilidades estruturais e econômicas se transformam em um empecilho à capacidade desses agricultores em suportar a contratação de mão de obra externa. Devido à escassez de trabalhadores para as atividades agropecuárias, passa-se a exigir investimentos cada vez maiores em tecnologias que elevem a produtividade do trabalho e da terra. Dessa forma, a temática da transformação da população rural e as consequências sobre a oferta de mão de obra necessitam de aprofundamento analítico, a fim de desvelar a extensão de seus reflexos sobre a agropecuária brasileira do futuro, especialmente para os agricultores que necessitam contratar mão de obra externa à propriedade. O problema passa a exigir uma nova visão do Estado e das organizações dos agricultores para muito além dos cursos pontuais e episódicos de formação e qualificação profissional da mão de obra rural.

Referências

BACHA, E. *Crescimento econômico, salários urbanos e rurais: o caso do Brasil*. IPEA, Rio de Janeiro, p. 585-628, 1979. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/506/447>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

BACHA, C. J. C.; STADUTO, J. A. R.; BACHI, M. R. *Determinação dos salários na agricultura brasileira*. IPEA, Rio de Janeiro, p. 285-321, 2002. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/146/81>>. Acesso em: 3 mar. 2016.

BERNSTEIN, H. *Dinâmicas de classe da mudança agrária*. São Paulo: Unesp, 2011.

BUAINAIN, A. M. *et al.* Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Política Agrícola*, Brasília, 22, n. 2, abr./jun. 2013. p. 105-121.

_____. Alguns condicionantes da novo padrão de acumulação da agricultura brasileira. *In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil no século 21: a formação de um padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 209-240.

BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. Introdução: emprego e trabalho na agricultura brasileira. *In: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília: IICA, 2008. p. 21-60.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. IPEA, Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2016.

CAMINHA, P. V. *O fim da abundância da mão de obra rural no Brasil, 1948-1973: um teste empírico do modelo de W. Arthur Lewis*. 2014. Disponível em: <www.congressoabpfe.uff.br/index.php/anais/category/18-16-brasil-e-america-latina-republicanas-o-brasil-na-segunda-metade-do-seculo-xx%3Fdownload%3D77:o-fim-da-abundancia-da-mao-de-obra-rural>. Acesso em: 5 fev. 2016.

DAVIS, M. *O planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *O mercado de trabalho assalariado rural brasileiro*. DIEESE, 2014. Disponível em: <www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2016.

FAVERO, C. A. *Sociabilidades, trajetos e desencaixes: bolsa família e agricultores familiares no Semiárido baiano*. Anpocs, 2009. Disponível em: <portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=2160&itemid=229>. Acesso em: 11 mar. 2016.

GARCIA, J. R. Trabalho rural: tendências em face das transformações em curso. *In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 559-590.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; SABBATO, A. D. Dez anos de evolução da agricultura familiar no Brasil: (1996 e 2006). *RESR*, Piracicaba, abr./jun. 2012. p. 352-370.

HERVIEU, B. *Los campos del futuro*. Madrid: Mapa, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil*. IBGE, 1996. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1996.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2016.

KAGEYAMA, A.; REHDER, P. O bem-estar rural no Brasil na década de oitenta. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, 31, n. 1, jan./mar. 1993. p. 23-44.

LEFEBVRE, H. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEWIS, W. A. *Economic development with unlimited supplies of labour*. The Manchester School, Manchester, v. 22, n. 2, 1954.

MAIA, A. G.; BUAINAIN, A. M. *O novo mapa da população rural brasileira*. *Confins*, 2015. Disponível em: <<http://confins.revues.org/10548> ; DOI : 10.4000/confins.10548>. Acesso em: 8 mar. 2016.

MAIA, A. G.; SAKAMOTO, C. S. A nova configuração do mercado de trabalho agrícola brasileiro. *In: BUAINAIN, A. M. et al. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 621-652.

MARTINS, J. D. S. *A sociabilidade do homem simples*: Modernidade e História na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. A modernidade do passado no meio rural. In: BUAINAN, A. M. et al. *O mundo rural no Brasil do século 21*: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.

MUNTON, R.; MARSDEN, T.; WARD, N. Uneven agrarian development and the social relations of farm households. In: BOWLER, I. BRYANT, C.; NELLIS, D. *Contemporary rural systems in transition*. Wallingford: Cab International, v. 1, 1992. p. 61-63.

NAVARRO, Z. O mundo rural no novo século: um ensaio de interpretação. In: FILHO, J. E. R. V.; GASQUES, J. G. *Agricultura e crescimento*. Brasília: IPEA, 2016. No prelo.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil. In: NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. *A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro*: ganhar tempo é possível? Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. p. 13-27.

NEDER, H. D. Trabalho e pobreza rural no Brasil. In: BUAINAIN, A. M. et al. *O mundo rural no Brasil do século 21*: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014. p. 313-356.

ROSTOW, W. W. *As etapas do desenvolvimento econômico*: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOUZA, G. S. et al. *Um modelo de produção para a agricultura brasileira e a importância da pesquisa da Embrapa*. Embrapa. Brasília. 2012. Manuscrito não publicado.

TODARO, M.; SMITH, S. *Economic Development*. 11 th edition. Boston: Adison Wesley, 2012.

UNIVATES. Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior. *Dinâmica populacional e sucessão na agricultura familiar no Vale do Taquari*: pesquisa de opinião pública. Lajeado: Univates, 2005.